



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ITAPUÃ: TECENDO REDES DE ALIANÇAS COMUNITÁRIAS ATRAVÉS DA ACRA

Jackeline Pinto Amor Divino
Universidade do Estado da Bahia – Uneb
jackelinedivino@gmail.com

O presente artigo apresenta uma parte significativa da dissertação intitulada Itapuã: tecendo redes de alianças comunitárias através da ACRA, orientada pela Pós Doutora Narcimária Correia do Patrocínio Luz, dentro da Universidade do Estado da Bahia – Uneb pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade.

Assumimos noções que marcam toda a nossa dissertação, como ancestralidade, identidade, sociabilidade, comunalidade, territorialidade, alteridade que nos permite realizar novas leituras inspiradas na proposta filosófica da Descolonização e Educação, proposto pelo Programa Descolonização e Educação – PRODESE.

Nessa perspectiva de descolonização, Fanon (1969) afirma que a descolonização jamais passa despercebida, pois, esta atinge e modifica de modo fundamental o ser, transformando espectadores carregados de intencionalidade em atores privilegiados, grandiosamente colhidos pelo que ele chama roda vida da história. Segundo a sua observação introduz no ser uma nova linguagem, uma nova humanidade. Descolonização para ele é a criação de homens novos que tem como premissa reexaminar de forma integral a situação colonial.

Aqui, segue um esboço de como foi trançada a dissertação, explicitando os capítulos com o intuito de que o leitor queira lançar-se ao “mar” de ideias geradas por essa pesquisa.

O primeiro capítulo dedica-se a Itapuã os seus aspectos e legados do *continuum* civilizatório africano e aborígine, abrimos com um conto Tupinambá sobre *UwaraPirange*, pássaro mítico e o sonho que até hoje Itapuã nos conta e seguimos em busca de entendermos a história que é fiada e tecida pelos povos africanos em Salvador e em especial na territorialidade de Itapuã. Ao adentrarmos na história de Itapuã, Salvador, Bahia e falarmos de colonização veremos as tensões e conflitos entre



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

civilizações:tupinambá,portuguesa e africana.Destaque para as rebeliões de africanos/as 1814 e 1828 como também o quilombo Buraco do Tatu em Itapuã.

O segundo capítulo traz elementos que fomos buscando incansavelmente durante todo o nosso estudo. Para isso utilizamos a metáfora da rede de pesca e com a destreza ensinada pelos pescadores seguimos com a agulha e o fio tentando tentar traçar a Itapuã -“Pedra que ronca” sua cartografia sócio-demográfica, a saber: instituições religiosas dos *continuum* civilizatório africano, mapeando as comunidades terreiro existentes nesta territorialidade, com também as instituições religiosas católicas implantadas desde o século XVI. Nesse sentido buscamos entender como estratégia de luta e afirmação ocorreu à africanização do catolicismo em Itapuã, elaborações de mundo reconstruídas pelos povos africanos como a festa de Cosme e Damião, o Terno de Reis, a Missa do Anzol.

O terceiro capítulo, eis a rede, trançada com fios onde o legado africano-brasileiro sustenta uma filosofia pautada nos vínculos de comunalidade, estamos nos referindo a ACRA. Ela na metáfora representa o pescador, que acorda muito cedo para pescar, são cinco anos pescando, e lançando a rede ao mar, esse mar que também na metáfora representa as alianças comunitárias, nessa dinâmica da maré vazia e cheia, subindo e descendo, correndo atrás para alcançar os pés de algum desavisado. Vamos assim conquistando as nossas crianças, jovens, comunidade, nos aproximando através das linguagens africanas como a capoeira, a (re) criação do grafite, a percussão como um patrimônio milenar e a comunicação virtual ultrapassando limites, rompendo barreiras, intercambiando com outros países, entrelaçando e fortalecendo os fios, fios políticos, fios sociais, fios visíveis e invisíveis dos mitos, dos ritos, da palavra, da oralidade, abrindo caminhos que se desdobram em oficinas lúdico-estéticas, em parcerias com escolas, com universidade, com a comunidade.

Essa é a experiência que desejamos contar, cantar, encantar na perspectiva africano-brasileira. Assim falar da ACRA é comunicar valores de Itapuã, a “pedra que ronca”, semântica tupinambá e africano-brasileira. É falar de uma territorialidade que não se cala, assim como os povos que a constituíram, na ginga da capoeira ora aparece, ora se esconde:“sim, sim, sim, não, não, não”.

Vale lembrar ainda aqui que a sociedade brasileira está envolta pela ideologia da chamada “democracia racial”, que fala em igualdade de oportunidades, mas na



realidade apresenta como caminho para a mobilidade social uma educação eurocêntrica e totalitária caracterizada por uma pedagogia do embranquecimento. Ainda segundo Fanon (1968, p.31): “[...] Talvez conviesse recomeçar tudo [...] reinterrogar o solo, o subsolo, os rios e- por que não? – o sol. [...] A discussão do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto racional de pontos de vista”. Ainda segundo ele, não é um discurso sobre o universal, mas, a afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta.

Luz (2009) em entrevista¹ comenta sobre a criação do PRODESE - Programa Descolonização e Educação, salientando que foi um caminho imprescindível para transitar em territórios outros, “casa alheia”, sem a perda da identidade que tenta ser sufocada pela educação colonial. A professora afirma que se identifica com o campo semântico prenhe dos princípios que caracterizam a ancestralidade africano-brasileira. E quando apela para o princípio de ancestralidade se refere aos princípios inaugurais da existência que constituem e fundam territorialidades, famílias, instituições, comunalidades, modos de sociabilidades, inclusive modos de produção, enriquecidas por valores éticos e estéticos que asseguram a continuidade de civilização africana. Ela salienta que “A ancestralidade carrega os princípios masculinos e femininos da existência e se perde na noite dos tempos”.

Ao falarmos então da nossa sociedade, adotamos como parâmetro Luz (1990, p. 9) nos diz que:

No Brasil, o estado não assumiu a nação; isto é, a aceitação e legitimação da pluralidade sócio-cultural que marca a identidade do povo brasileiro, uma das conseqüências disso é a ineficiência de inúmeras instituições, dentre elas o sistema oficial de ensino, que na Bahia registra o índice de 80% de evasão escolar no 1º grau (LUZ, 1990, p. 9).

Utilizamos, no Mestrado, algumas estratégias de conhecimento e legitimação de noções como ancestralidade, alteridade, identidade; perspectivas educacionais de bases científicas de estudos, dissertações, monografias, pesquisas de iniciação científica que inauguram narrativas das quais falamos até agora, capazes de superar o recalque do sistema oficial de ensino, da ideologia do embranquecimento, da denegação do outro,

¹ Entrevista concedida para o Caderno SEMENTES à Jackeline Amor Divino em 2009 e enviada por email à mesma.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

como inferior, submisso, incivilizado; fazendo conhecer projetos, propostas, iniciativas de descolonizar e educar.

Aqui vale destacar um poeta nigeriano: “Vocês querem que eu pense como vocês; mas eu não sou vocês; que eu reaja como vocês e eu não sou vocês; E vocês não me deixam ser eu mesmo”.

É importante refletir sobre os discursos que tendem a anunciar categoricamente: “o que somos”, “como devemos ser”, “como devemos pensar” e o pior “como devemos interpretar” o nosso viver cotidiano nas nossas comunalidades ameríndias e africano-brasileiras e a ideologia dos valores da ordem capitalista tendem a enfraquecer e dispersar os vínculos de comunalidade tão preciosos as populações aborígenes e africano-brasileiras.

Marcos Terena nos adverte:

(...) a realidade do capitalismo prevê a aquisição individual de bens, ela neutraliza todos os princípios de coletividade tradicionais dos indígenas. Pior, seduz vários segmentos dos nossos povos, que, despreparados, entendem que "ter coisas" significa ter poder financeiro e político. Imagine só um chefe indígena vendo outro andando em um carrão. Se ele não estiver consciente dos valores de seu povo, se não estiver preparado para entender que o importante é como aquele carro foi obtido, vai simplesmente querer ter um tão ou mais sofisticado, para ter o mesmo nível de poder do outro chefe. Por problemas assim, muitas vezes alguns povos acabam se rendendo a madeireiros e outros invasores predatórios em troca de presentes. Toda essa questão de consciência gera uma série de situações complicadas. Estamos conversando, debatendo entre nós, entre nossos líderes, tentando resolver todas essas questões da melhor maneira possível, sem colocar em risco nossas crenças e nossa cultura, para que possamos participar do processo de crescimento econômico do país².

Constatamos durante todo o nosso percurso na área de educação escolar o recalcado seja na sala de aula, no livro didático, na formação e postura do professor, não conseguimos, enquanto descendentes de aborígenes e africanos constituir uma visão, uma história do nosso povo. E podemos identificar que no discurso neocolonial do currículo escolar a única revelação para as crianças e jovens aborígenes é o estereótipo de “gentios”, “ingênuos” e aos africano-brasileiros é a classificação permanente de escravo.

²Disponível em <http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/8/artigo13457-1.php>. Acesso em 05.06.2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Mas toda essa visão positivista, nos inquieta a uma busca, é como se tivéssemos uma semente que está no nosso ser, querendo germinar, mas, que precisa do alimento para crescer, para produzir e se tornar um fruto. Algo nos incomoda, nos inquieta e desperta a nossa curiosidade de saber quem somos. Laplantine (1998, s/p) chama isso de estranhamento: “a perplexidade provocada pelo encontro de culturas que são para nós as mais distantes, e cujo encontro vai levar a uma modificação do olhar que se tinha sobre si mesmo”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 estabelece o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas como um dos princípios que devem nortear o ensino no Brasil. O que acontece no cotidiano curricular das escolas é um completo distanciamento das orientações da Lei de Diretrizes e bases da Educação – LDB, visto que o sistema educacional brasileiro é sobre determinado por ideias pedagógicas de bases euroamericanas, totalitárias e positivistas que o reduzem a uma perspectiva política de educação greco - romana e judaico-cristã.

Subjacente às abordagens pedagógicas, as formas e modos de comunicação que são acolhidas nas escolas, os conteúdos dos livros, materiais didáticos e, principalmente, as orientações utilizadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), vem instituindo um enredo teórico-metodológico cujo norte adotado é a transversalidade.

Nos nossos estudos identificamos que os temas transversais buscam integralizar, no currículo, os aspectos contemporâneos que afligem a sociedade, mas, na prática, esse status de “temas transversais” dado pelo Ministério da Educação - MEC recalca e deforma valores pertinentes à abordagem sobre pluralidade cultural.

Assim a escola se reduz, enquanto principal elemento plural, distanciando-se da diversidade sócio-cultural que habita seu interior, impondo uma visão una, destituída de outras formas e visões de mundo que emanam da nação, cuja gênese é enriquecida pelos patrimônios civilizatórios ameríndio, africano e europeu. A história da educação não abriga a pluralidade civilizatória milenar da formação social brasileira, reforçando assim, valores neocoloniais que exploram, manipulam e subjugam, tentando dizimar a multiplicidade de identidades que constituem a nossa nação.

O sistema educacional traz na estrutura escolar, a exigência da formação de corpos e mentes submetidos às disciplinas e especialidades, buscando através da inspiração do modo industrial, uniformizar pessoas, impondo padrões de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

comportamento iguais e formas de expressões únicas, na tentativa de esvaziar a identidade cultural da população que a frequenta. Nessa perspectiva do recalque às alteridades, tenta-se formar pessoas pertencentes a culturas diversas e distintas em “marionetes” submetidas à política de desculturação.

É importante destacar aqui uma reflexão do educador Daniel Munduruku³:

Aprendi com meu povo o verdadeiro significado da palavra educação ao ver o pai ou a mãe da criança índia conduzindo-a passo a passo no aprendizado cultural. Pescar, caçar, fazer arcos e flechas, limpar o peixe, coze-lo, buscar água, subir na árvore. Nossos pais nos ensinavam a sonhar com aquilo que desejávamos.

Compreendi, então, que educar é fazer sonhar. Aprendi a ser índio, pois aprendi a sonhar. Percebi, então, que na sociedade indígena, educar é arrancar de dentro para fora, fazer brotar os sonhos e, às vezes, rir do mistério da vida.

Aprender, para o ocidental, é ficar inerte ouvindo um montão de bobagens desnecessárias. As crianças, não tem tempo para sonhar, por isso acham a escola uma chatice. Não escolhi ser índio, esta é uma condição que me foi imposta pela divina mão que rege o universo, mas escolhi ser professor, ou melhor, confessor dos meus sonhos. Desejo narrá-los para inspirar outras pessoas a narrar os seus, afim de que o aprendizado aconteça pela palavra e pelo silêncio. É assim que “dou” aula: com esperança e com sonhos (...).

A Lei 10.639/03 que altera um artigo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) instituindo a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira em todas as escolas brasileiras. Dando ênfase e conferindo o mesmo destaque ao ensino da história e cultura dos povos indígenas.

E mais:

Art.26- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras.

³ Doutorando e escritor com publicações destinadas ao público infanto-juvenil. O mesmo é ameríndio.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

O FIO, A AGULHA E A DESTREZA NAS MÃOS...

Diante dessa obrigatoriedade consideramos de fundamental importância identificar propostas que já vêm sendo desenvolvidas alicerçadas nos princípios de uma educação pluricultural, identificando na Associação Crianças Raízes do Abaeté - ACRA, um espaço institucional onde educadores/as compartilham dessas ideias e realizam suas práticas pedagógicas baseando-se na riqueza da nossa diversidade cultural.

A todo momento nos deparamos com discursos, documentos, etc. que falam sobre a diversidade cultural, mas na área de Educação assim como em outras áreas do conhecimento são muitos os obstáculos que inviabilizam a consolidação dessa perspectiva. As noções que trouxemos para compor nosso mosaico teórico-metodológico já existem e demonstram que todas as linguagens que estruturam a dinâmica de educação pluricultural: contos, música polirrítmica, artes plásticas, dança, etc., são caminhos criativos e emocionais imprescindíveis para aproximar a educação escolar do direito à alteridade civilizatória de nossas crianças e jovens.

Todas as estratégias positivistas e de denegação que embasa as políticas de educação brasileira, já não consegue silenciar as vozes de quem pelas crenças e/ou pela paixão acreditam na pluralidade cultural que permeia a dinâmica do nosso existir baiano eminentemente tupinambá e africano-brasileiro. São sobre essas vozes que se ampliam e transcendem nesse campo positivista educacional; é sobre esse repertório curricular plural e dinâmico que reconhecem as alteridades civilizatórias e que afirmam o tempo inteiro legitimando e reconhecendo as dinâmicas e identidades africana e ameríndia que procuramos falar nessa dissertação. São as pessoas, educadores/as que acreditam e fazem acontecer, que compõem a publicação histórica nessa UNEB, o SEMENTES Caderno de Pesquisa⁴, que elaboram dinâmicas curriculares que destacam a coexistência sociocultural dos distintos povos e apresentam filosofias pautadas no acolhimento, na inserção e fortalecimento das alteridades civilizatórias que caracterizam a nossa sociedade.

Se faz necessário a possibilidade de compor um conhecimento em Educação que enalteça o patrimônio milenar das nossas territorialidades tupinambá e africano-

⁴Publicação anual do PRODESE de 2000 a 2005.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

brasileiras na Bahia. Isso é vital para estabelecermos políticas de Educação que acolham a nossa diversidade! Segundo a abordagem de Lea Austrelina Ferreira Santos:

A concepção de educação pluricultural ganha força e direção, quando é pensada e elaborada como uma forma de criação de linguagens educacionais que permitem abarcar as identidades culturais das diversas vertentes civilizatórias presentes no Brasil (2000, p. 26).

Torna-se urgente essa transformação, descobrindo, legitimando as variadas formas de existência, visão de mundo, multiplicidade de valores éticos e estéticos de coexistir com o outro, respeitando a alteridade civilizatória que caracteriza a nossa nação, a saber, africana, tupinambá já que estamos estudando aspectos da cidade de Salvador, e européia. Dessa forma as crianças poderão perceber-se enquanto sujeitos ativos no processo educativo sem se sentirem rejeitados, muito menos recalcados diante da tentativa de anulação de sua *arkhé*⁵ civilizatória.

... A arkhésão princípios inaugurais, o lastro, a base que dá propulsão e força, sentido e direção à presença de uma civilização, como também é capaz de promover a construção de um futuro, pela recriação da experiência. Ela não se limita a uma volta ao passado, antiguidade e anterioridade, mas sim dá sentido de origem, princípio, começo [...] se refere tanto a origem como o devir, futuro, princípios inaugurais que estabelecem sentido, força e dão pulsão as formas de linguagem estruturadoras da identidade; princípio-começo-origem; princípio recriador de toda experiência; gênese (LUZ, 2006).

Nas obras de LUZ (2009), aprendemos que o princípio de ancestralidade africana se ergue nos primórdios da humanidade através da compreensão de cosmogonias, e aí estão as forças cósmicas que dinamizam este mundo visível que é o *Aiyê* (mundo visível) e o *Orun* (mundo invisível). Nada existe sem essa dinâmica cosmogônica que sustenta a humanidade, a existência e permitindo a descendência. Ainda segundo a mesma:

A ancestralidade carrega os princípios masculinos e femininos da existência e se perde na noite dos tempos. Estamos nos referindo aos princípios inaugurais da existência que irão constituir a fundação de territorialidades, famílias, instituições, comunalidades, modos de sociabilidade enriquecida por valores éticos e estéticos que asseguram a continuidade de civilização (LUZ, 2009).

⁵ Utilizamos, durante todo o nosso trabalho, a noção de *arkhé* que é elemento imprescindível para o entendimento e fortalecimento de uma educação pluricultural. A *arkhé* é uma noção imprescindível para a compreensão de perspectivas pluriculturais de educação.



A própria Constituição da Bahia no capítulo referente à Cultura assegura para a população no artigo 275 que “É dever do Estado preservar e garantir a integridade, a respeitabilidade e a permanência dos valores da religião afro-brasileira e especialmente”. Explicitando:

III- assegurar a participação proporcional de representantes da religião afro-brasileira, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos e órgãos que venham a ser criados, bem como em eventos e promoções de caráter religioso;

IV - promover a adequação dos programas de ensino das disciplinas de geografia, história, comunicação e expressão, estudos sociais e educação artística à realidade histórica afro-brasileira, nos estabelecimentos estaduais de 1º, 2º e 3º graus.”⁶

Imbuídos dessa abordagem e vivências científico-acadêmicas nos propomos a desenvolver nossa dissertação afirmando uma educação pluricultural com ênfase em *redes de alianças comunitárias* que não contempla a visão una e totalitária da educação neocolonial, vai além, transcende as práticas comuns restritas a escola, a impessoalidade, as regras e códigos destituídos de sensibilidade e de elementos históricos que não satisfazem nem revelam as nossas origens.

Quando proponho no “desenho” da dissertação, em parte explicitado, apoio-me numa proposta de descolonização da educação⁷ e desejo, sobretudo, contemplar os múltiplos *continua* civilizatórios, principalmente os milenares ameríndios e africanos, historicamente não contemplados no currículo. Não esquecendo, como sinaliza incansavelmente Luz (2000), que para além do currículo existe a floresta. Parafraseando tal ideia, ousou propor aqui contemplar também o oceano. As águas que “banham” e “encharcam” de ancestralidade as terras habitadas por tais povos na territorialidade de Itapuã. Quer seja as águas salgadas, a pedra que ronca, quer sejam as águas doces, da lagoa de águas escuras, “arrodeadas de areia branca”, cheia de mistérios e encantamentos. É essa atitude de descolonizar a educação no Brasil que enquanto educadora me sinto animada a afirmar e a contar a história ancestral do meu povo.

A nossa abordagem teórico-epistemológica, recorre, portanto, às elaborações do conhecimento próprio das comunalidades africano-brasileiras e contribuições de

⁶Disponível em <http://clubecetico.org/forum/index.php?topic=17281.0>. Acessado em 3.06.2010.

⁷ Ver proposta do PRODESE anteriormente mencionada.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

pesquisadores/as e estudiosos/as na área de Ciências Humanas no campo da diversidade cultural que valorizam e/ou nos dão bases filosóficas que fortalecem esses valores e linguagens das comunalidades. São autores/as importantes nos nossos estudos: Deoscóredes Maximiliano dos Santos, Marco Aurélio Luz, Muniz Sodré, BabatundêLawal, Michel Maffesoli, Henrique Cunha Júnior, Michel Foucault, Ana Célia da Silva, Leilana Sousa, Marcos Terena, Daniel Muduruku, Narcimária Correia do Patrocínio Luz, Léa Austrelina Ferreira Santos, Ronaldo Martins dos Santos, Januária Avelina do Patrocínio Luz, Narciso do Patrocínio, Magnaldo Santos e Hildalia Fernandes entre outros, os quais trazem uma maneira de ver a sociedade e a diversidade cultural brasileira, principalmente no que se refere à metodologia da pesquisa, que rompe com ideologias teóricas que deformam e recalcam a cultura africana dos povos aborígenes deturpando o legado de valores desse significativo segmento populacional.

COSTURANDO A REDE...

Durante toda a trajetória da nossa pesquisa inquietações várias afloraram as quais passo a expor agora: Por que os/as educadores/as não conseguem ou não se dispõem a lidar com aspectos de linguagens e visão de mundo que organizam as comunalidades africano-brasileira e ameríndias? Por que as comunalidades de Itapuã conseguiram superar a ideia da escola como um caminho absoluto e finito para a educação de seus filhos? Por que as comunalidades de Itapuã estabeleceram com afinco outros espaços institucionais que se dediquem a educar para além da escola oficial? Esses espaços institucionais dedicados à educação em Itapuã caracterizam redes de alianças comunitárias? Quais as características desses espaços institucionais e que valores os estruturam? Será que é possível se pensar numa parceria entre escolas e os canais institucionais que promovem redes de alianças comunitárias em Itapuã? Como “formar” educadores/as que respeitem e se proponham a aprender com essas redes de alianças comunitárias em Itapuã?

Face essas inquietações fomos aprendendo nos estudos, entrevistas, observações que realizávamos o sentido de comunalidade e a dinâmica milenar de alianças que elas estabeleceram no Brasil, na Bahia, Salvador e de modo especial em Itapuã.



Assim nosso tema dissertativo assume como primordial o sentido de comunalidades⁸ e delas extraímos a concepção de redes de alianças que se expandem através de uma dinâmica sócio-histórica carregada de valores e linguagens que atravessam os séculos nas Américas, Brasil, nordeste, Bahia, Salvador e de modo especial, Itapuã.

Nessa perspectiva identificamos na territorialidade de Itapuã uma instituição que desde 2005 se constituiu como uma rede de alianças comunitárias. Estamos nos referindo a Associação Crianças Raízes do Abaeté-ACRA situada no Parque Metropolitano do Abaeté.

Lembramos que Itapuã se destaca como uma territorialidade importante na história da Bahia e é conhecida pela organização societal que envolve a pesca, atividades africanas de ganho como as lavadeiras da lagoa do Abaeté, as ganhadeiras dos cantos e nos mercados de peixes da antiga Salvador e principalmente pelas comunidades que mantêm o rico patrimônio civilizatório africano-brasileiro.

Itapuã, nos remete ao mito fundador, que é a “pedra que ronca”, realçando de modo valioso a presença inaugural da comunalidade tupinambá. Os princípios inaugurais de Itapuã estão completamente envoltos pela temporalidade dos tupinambás e dos povos africanos, que se presentificam organizando e estruturando comunalidades que se aprumam na infinitude do universo simbólico que constitui os mistérios do mar. Na língua tupi-guarani **ita** significa pedra e **puã** significa choro, gemido: Itapuã. Há também outra interpretação que diz ser Itapuã em tupi, um rochedo que se ergue, a pedra que ergue a cabeça redonda acima das águas na margem do oceano. A pedra possuía uma grande cavidade no seu interior que acumulava ar, e quando a maré “vazava”, produzia um barulho estrondoso parecia um “ronco”, levando os tupinambás a chamarem-na de Itapuã⁹.

Vale a pena ressaltar que há registros históricos que reconhecem Itapuã desde o século XVI, no Tratado Descritivo do Brasil documento criado por Gabriel Soares de

⁸Por Comunalidades, entende-se: ... células comunitárias que estabelecem redes de alianças, sobre as quais se apoiam toda civilização. Nessas redes de alianças comunitárias se entrelaça a origem das cidades, compondo em seu traçado urbano elos de ancestralidade, cosmogonias, hierarquias, instituições, organização territorial, famílias, linhagens, grupos sociais, enfim uma vida social em que circula a dinâmica da existência, o ciclo vital que constitui morte, vida, nascimento, renascimento, descendência (LUZ, 2010).

⁹LUZ, Narcimária. “Itapuã portal da ancestralidade africano-brasileira”. Salvador: **Fala Nagô**, 2011 (no pelo), p. 27.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Sousa em 1587: “Esta ponta é a que na carta de mareas se chama Lençóis de Areia, por onde se conhece a entrada da Bahia”.¹⁰

Assim a ACRA assume a *arkhé* de Itapuã nos seus princípios míticos, ancestrais responsáveis pelos vínculos de sociabilidade das redes comunitárias, como é o caso de pais e avós pescadores, lavadeiras e ganhadeiras que reverenciam Iemanjá e Oxum como princípios cósmicos importantes na sua relação com o mar, as lagoas e os rios assegurando a sua existência, de sua família e toda comunidade. Aqui é necessário ressaltar que as comunidades africano-brasileiras em Itapuã se estruturam através do princípio de ancestralidade que:

ocupa um lugar especial, tendo posição de destaque no conjunto de valores de mundo. Vincula-se à categoria de memória, ao contínuo civilizatório africano que chegou aos dias atuais irradiando energia mítica e sagrada. Integrantes do mundo invisível, os ancestrais orientam e sustentam os avanços coletivos da humanidade. A ancestralidade redefine a alegria de partilhar um espaço rodeado de práticas civilizatórias e o viver de nossos antepassados, conduzindo para um processo de mudanças e enriquecimento individual e coletivo em que o sentimento e a paixão estão sintonizados com o ser e o comportamento das pessoas (SOUZA, 2003).

A ACRA estrutura seu cotidiano a partir do repertório das comunalidades africano-brasileiras e abastece-se dos repertórios de linguagens que delas emana. Itapuã e toda a sua diversidade cultural deságua na ACRA através de crianças, jovens e suas famílias representadas por lugares tradicionais na organização dessa territorialidade como: Rua do Dendê, Alto do Coqueirinho, Baixa da Soronha, Alto do Cajueiro, Ladeira do Abaeté, Rua da Ilha, Rua do Juazeiro, Senhor do Bonfim, Aymoré, Alto da Cacimba, Guararapes, Olhos D'Água. Nomes que revelam a história dessa presença africana representadas na pedra e na *arkhé* dessa territorialidade. Presentes também na ACRA, profissões mais antigas como as das lavadeiras, ganhadeiras e pescadores e nas histórias contadas pelos mais antigos.

TRANÇANDO A REDE E LANÇANDO AO MAR...

São essas perspectivas e desafios que nos propusemos a elaborar no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade desta UNEB. Nosso

¹⁰Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-o.php?cod_area=5&cod_polo=57. Acessado em: 09.10.2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

sonho é que essas reflexões cheguem perto dos educadores/as que desejem compartilhar as proposições aqui exploradas ajudando-nos a recriar um ambiente de em que viceje o direito à alteridade civilizatória da nossa população, afinal:

O sonho e o pensamento estão estreitamente ligados, sobretudo nos momentos em que as sociedades sonham-se a si mesmas. É importante, pois saber acompanhar esses sonhos, tanto mais que a sua negação, é em geral, uma constante de todas as ditaduras, estas não possuem mais a face brutal que foi a sua, durante toda a modernidade.

Elas tomam o aspecto apazível e bastante asséptico da felicidade tarifada ao menor preço. A ditadura contemporânea não consiste mais no fato, salvo exceções notáveis, de indivíduos sanguinários e cruéis, ela é anônima, doce, dissimulada. Ela é, sobretudo, não-consciente do que é, ou do que faz, e se empenha, em total boa fé, em promover o sacrossanto princípio de realidade utilitarista. E desse modo extirpa, de fato, a faculdade onírica.

Nesse sentido, ela não exprime senão uma constante da história humana: os poderes dormem em paz, enquanto ninguém pode mais, não sabe mais ou não usa sonhar. (MAFFESOLI *apud* LUZ, 2004).

Ousar sonhar... Quem de nós gostaria de deixar de sonhar e lutar pelo que acredita? Que sentido teria a vida se não existisse o imponderável? Durante algum tempo nessa pedagogia do embranquecimento, do recalque, da manipulação de ideias e “verdades” absolutas, você passa a acreditar no que é imposto, mas há um momento em que vem a inquietação e urge a necessidade de novas leituras.

Falar em Itapuã remete a diversidade em todos os sentidos, embarcamos literalmente na biodiversidade desse local. E navegamos pelas profissões tradicionais como os baleeiros, pescadores, ganhadeiras, parteiras e rezadeiras. Indo além, “por mares nunca dantes navegados”, ou por mares ainda por serem navegados identificamos aspectos econômicos, e na perspectiva do vivido e concebido (LUZ), da porteira para dentro (MÃE SENHORA) ouvimos as impressões dos moradores, atores principais nessa dissertação, diante da ausência de políticas públicas e a violência urbana. Utilizando de dados sobre o sistema público de saúde e educação, tentamos mapear a territorialidade nesses aspectos e como afirmação e superação apresentamos algumas associações lúdicas como o Bloco Afro Malê de Balê, Casa da Música e o Baba.

Uma atenção especial foi dada as nossas fontes bibliográficas, já que coadunam com a proposta de legitimar o que há muito vem sendo silenciado e duramente recalçado. Essas fontes comprovam através de documentos a história das civilizações aborígenes e africanas e muitas delas rompem os modelos cartesianos impostos como



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

únicos de que a escrita só pode ser reconhecida e legitimada se comprovada por documentos oficiais, para esses autores a ancestralidade, a oralidade, a palavra empenhada tem o mesmo status. Sugerimos então que se permitam a conhecê-las.

Procuramos finalmente anunciar alguns resultados preliminares que indicam a ACRA como uma rede de alianças comunitárias através de um fazer educação pluricultural e demonstrar a partir de uma cartografia sócio-demográfica aspectos que caracterizam o viver cotidiano de Itapuã. As perguntas que fazemos durante toda a pesquisa sugerem reflexões não só sobre as noções que trazemos, não só sobre a afirmação de valores de civilização que tentam silenciar o tempo inteiro, sugere e incita a inquietação do existir. De onde falo, de qual perspectiva, “da porteira para dentro ou da porteira para fora”?

A música, a poesia, o conto, as imagens, a relevância do que é dito pelos mais velhos são elementos primordiais neste trabalho por entendermos que assim é feita, assim é realizada uma pesquisa que se propõe a descolonizar. Ir na “contra-mão” não é fácil, mas é urgente. Abrir caminhos, adentrar nas florestas, navegar pelos rios e mares, cruzar oceanos, é possibilitar as nossas crianças, aos nossos jovens descendentes de africanos e tupinambás o direito de existir numa sociedade etnocêntrica assentada no racismo.

Itapuã então é a primeira possibilidade de tentar entender a nossa história, dos nossos pais, dos nossos avós, porque eu já sei de que lugar eu falo. Podemos partir para outras territorialidades. E que sorte a nossa! Falar sobre a ACRA nos possibilitou compreender como as redes de alianças comunitárias funcionam, intercambiam, entrelaçam e rompem fronteiras, nesse sentido através de códigos de linguagens e referências ancestrais que afirmam o tempo inteiro quem somos. Convido-os, então, a mergulhar nesse grande e infinito oceano de ideias.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: pluralidade cultural, orientação sexual**/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais** e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília- DF: out. 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de Dezembro de 1996.

_____. **Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003**. Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPPIR nº 605 de 20 de Maio de 2008. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/pdf/ContribuicoesImplementLei10.639.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2009.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. **Organização Social dos Tupinambá**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1989.

LUZ, Marco Aurélio. “Alguns aspectos da comunicação na cultura negra”. In: **Revista Vozes**. Petrópolis, nº 9, p. 60-72, 1977.

_____. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. Salvador: EDUFBA/SECNEB, 1995.

_____. **Do Tronco ao OpaExin: memória e dinâmica da tradição africano-brasileira**. Salvador-SECNEB, 1993.

LUZ, Narcimária. **ITAPUÃ: portal da ancestralidade africano-brasileira**. Rio de Janeiro: Revista TEIAS/Programa de Pós-Graduação da UFRJ, 2008.

_____. **O reencantamento do mundo: perspectivas de análise para a compreensão do nosso tempo**. Salvador: UNEB, 2009.

_____. “A escrita do recalque”. **A Tarde**, Salvador, 27 ago, 1994, Caderno Cultural.

_____. (org) **Identidade negra e educação**. In. LUZ, Marco Aurélio (Org.). Salvador: IANAMÁ, 1990.

_____. **SEMENTES CADERNO DE PESQUISA**. Salvador: Departamento de Educação Campus I. Universidade do Estado da Bahia-UNEB, 2000-2005.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

MAFFESOLI, Michel. **A Sombra de Dionísio**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1985.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

REIS, João José. **Negociação e Conflito**: A Resistência Negra no Brasil Escravista, São Paulo: Companhia das letras, 151 p1989.

_____. **Liberdade por um fio**: história dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. **Rebelião escrava no Brasil**: a história dos levantes dos malês. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Joel Rufino *et alii*. **Atrás do muro da noite**. Brasília: Fundação Palmares, 1994.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, Leliana. Sujeições cumulativas e práticas de luta dentro da pesquisa: o aporte da sociopoética. Disponível em: <http://rizoma.ufsc.br>. Acesso em: 03/05/2010.

VERGER, Pierre. **A tradição dos Orixás e as relações históricas da África com o novo mundo**. Comunicação apresentada durante a II Conferência Mundial da Tradição dos Orixá e Cultura, Salvador: 1983, mimeo.